

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO
ARACAJU — SERGIPE
REGULAMENTO

DA

INSTRUÇÃO PÚBLICA

DA

PROVINCIA DE SERGIPE.



Typ. do «Jornal do Aracaju.»

RUA DE JAPARATURA. — N.º 44.



REGULAMENTO
DA
INSTRUÇÃO PUBLICA

DA
PROVINCIA DE SERGIPE

QUE BAIXOU O EXM. SNR.

Dr. Antonio das Bussas Miranda

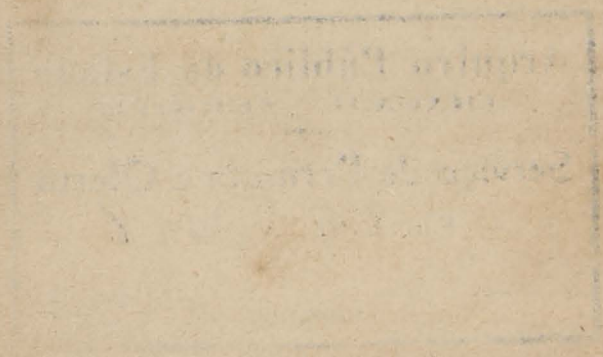
EM 3 DE OUTUBRO DE 1874.



Typ. do «Jornal do Aracaju.»

RUA DE JAPARATUBA. — N.º 11.

NS 687 323



O Presidente da Provincia, usando da authorisação que lhe confere a Lei Provincial n. 960 de 21 de Abril do corrente anno, resolve que na Instrução Publica primaria se observe o seguinte :

REGULAMENTO

CAPITULO I.

DA DIRECÇÃO E INSPECÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PUBLICO.

A direcção e inspecção do ensino publico, primario e secundario, em toda a Provincia, serão exercidas pelo Presidente da Provincia, e por

Um Director Geral,
Um Conselho Director,
Visitadores municipaes,
Delegados litterarios.

Em regulamentos especiaes se designarão as attribuições e deveres destes funcionarios, quanto ao que concerne ao ensino secundario. Quanto ao primario vigorará o que se segue.

N.º 1.

Art. 1.º Ao Director Geral incumbe :

§ 1.º Inspeccionar por si, pelos Visitadores municipaes, pelos Delegados litterarios, todas as escolas, collegios e casas de educação, e estabelecimentos publicos provinciaes de ins-

trução primaria, e os particulares somente nos casos especialmente mencionados neste regulamento.

§ 2.º Presidir aos exames de capacidade profissional e aos concursos para o magisterio, e conferir os titulos de approvação, conforme o modelo, que for adoptado.

§ 3.º Rever os compendios adoptados nas escolas publicas, corrigil-os ou fazel-os corrigir e substituir, quando fôr necessario.

§ 4.º Coordenar os mappas e informações que os delegados dos districtos remetterem no decurso do anno lectivo sobre a instrucção primaria e secundaria, e apresentar ao presidente da provincia, até o fim de Janeiro, um quadro estatistico de todas as escolas provinciaes, publicas e particulares, e um relatorio circumstanciado do progresso n'este ramo de serviço, com todos os esclarecimentos que á tal respeito poder ministrar, acompanhando-o do orçamento annual das despesas com a instrucção sob sua direcção, especificando cada uma das respectivas verbas.

§ 5.º Presidir ás sessões do conselho director, convocal-o extraordinariamente, e mandar proceder aos exames, e informações necessarias, para que elle possa exercer as suas funcções com acerto.

§ 6.º Organisar os regimentos internos de instrucção publica primaria.

§ 7.º Expedir instrucções para tudo quanto fôr concernente á boa execução deste regulamento.

§ 8.º Julgar as infracções disciplinares, á que forem impostas as penas de admoestação, reprehensão, ou multa.

§ 9.º Propor ao Presidente da Provincia :

1.º A remoção e demissão dos professores, que estejam no caso.

2.º Os individuos competentemente habilitados para o magisterio publico e os que devam ser encarregados da inspecção do ensino.

3.º A creação de escolas primarias.

4.º A creação ou supressão de alguma cadeira do curso normal, quando as circumstancias o exigirem.

5.º Conhecer das multas impostas por seus delegados, sustentando-as, com recurso para o presidente da provincia.

6.º Mandar fechar igualmente, ouvindo o conselho director, a escola ou collegio particular de ensino primario, onde se ensinem doutrinas perniciosas e contrarias á religião catholica e á forma de governo do paiz, ou se commettam actos indecentes e offensivos da moral e bons costumes.

7.º As alterações que a experiencia aconselhar que se devam fazer neste Regulamento.

8.º Exercer as funcções declaradas neste Regulamento e quaesquer outras de que, com referencia ao serviço da instrucção publica, o encarregar o governo da Provincia.

Art. 2.º O Director Geral ouvirá o conselho Director em todos os casos especificadamente mencionados neste regulamento, e em geral sobre todos os assumptos, que interessarem á instrucção publica.

Sempre que for ouvido o conselho, o seu parecer acompanhará as propostas e as informações que o Director Geral der ao Presidente da Provincia.

Art. 3.º O Director Geral será substituido em suas faltas ou impedimentos pela pessoa, que for designada pelo Presidente da Provincia.

N.º 2.

CONSELHO DIRECTOR.

Art. 4.º O Conselho Director será composto :
Do Director Geral, seu Presidente,
De dous professores do Atheneu,
De dous professores primarios, um publico e outro particular, distinctos no magisterio.

Art. 5.º O conselho director celebrará sessão ordinaria no primeiro dia util de cada mez.

Poderá haver as sessões extraordinarias que o Director Geral julgar convenientes, precedendo, á respeito d'estas aviso, á todos os seus membros.

Art. 6.º O conselho director organisará um regimento interno para regular os trabalhos de suas sessões.

Art. 7.º O conselho director tomará parte em todos os negocios, em que sua intervenção fôr determinada por este regulamento.

Terá especialmente á seu cuidado :

1.º O exame dos melhores methodos, e systemas praticos de ensino,

2.º A revisão e approvação dos compendios e livros para as aulas,

3.º A creação de novas cadeiras,

4.º O systema e materia dos exames.

Em geral, será ouvido sobre todos os assumptos litterarios, que interessem á instrucção primaria, cujos melhoramentos e progressos deverá promover e fiscalisar, auxiliando o Director Geral.

Julgará as infracções disciplinares, á que esteja imposta

pena maior que as de admoestação, reprehensão ou multa, dos professores publicos primarios.

N.º 3.

VISITADORES MUNICIPAES.

Art. 8.º Haverá tambem em cada municipio, um Visitador, ao qual incumbe visitar o maior numero de vezes que lhe fôr possível, todas as escolas do seu termo.

§ 1.º Nessas visitas deverá elle instruir-se :

1.º Do procedimento do professor, da bôa ou má opinião que na localidade haja a seu respeito, e do zelo com que cumpre seus deveres,

2.º Da capacidade da caza, suas condicções hygienicas e conveniencia da situação da escola,

3.º Do numero de alumnos matriculados e de sua frequencia media, descriminando nas escolas subvencionadas os que são admittidos por conta da Provincia,

4.º Do regimen, methodo d'ensino e disciplina que o professor tiver adoptado,

5.º Do aproveitamento dos alumnos, arguindo-os ou fazendo-os arguir pelo professor.

6.º Da regularidade dos livros de inventario, da mobilia, matricula, ponto diario e de exames.

§ 2.º Em livro aberto, numerado e rubricado pelo Director Geral, lavrarão os Visitadores termo de visita, com declaração do dia em que a fizeram, do numero de alumnos presentes, seu adiantamento, regularidade da escola e seu asseio.

Art. 9.º O Visitador municipal remetterá ao Director Geral uma exposição circumstanciada do resultado de suas

visitas à cada escola, e também acerca do modo porque os Delegados Litterarios cumprem seus deveres; se têm elles visitado as escolas e quantas vezes, e se convem que sejam conservados; e no caso contrario, por quem devam ser substituidos.

N.º 4.

DELEGADOS LITTERARIOS.

Art. 10. Os Delegados de districtos litterarios serão nomeados pelo Presidente da Provincia, sob proposta do Director Geral, e não poderão exercer o magisterio publico ou particular, primario ou secundario.

Art. 11. Aos Delegados de districtos litterarios incumbem:

1.º Fiscalisar as escolas publicas e subvencionadas e observar se funccionam com regularidade durante as horas prescriptas,

2.º Visital-as ao menos uma vez cada mez,

3.º Verificar se a sala da aula se conserva acciada,

4.º Se os alumnos frequentam regularmente as escolas,

5.º Se são observadas as disposições do regulamento,

6.º Se os professores, nem só em sua vida particular, como na publica, procedem de modo condigno á sua posição.

7.º Remetter ao Director Geral, no fim de cada trimestre, a estatistica da matricula e frequencia das escolas publicas e particulares do seu districto, com as informações que entenderem convenientes.

Art. 12. Compete aos mesmos Delegados:

1.º Dar posse aos professores publicos nas respectivas es-

colas, o que averbará no verso do respectivo titulo, communicando ao director geral.

2.º Dar guia de matricula aos alumnos que pretenderem frequentar as escolas subvencionadas, verificando a condição de pobreza d'elles.

3.º Passar attestado de exercicio aos professores publicos, para poderem receber seus vencimentos, com a declaração do numero de alumnos admittidos por conta do governo, que no mez frequentaram suas escolas.

4.º Communicar immediatamente ao director geral qualquer impedimento dos professores publicos de seu districto, nomeando logo quem os substitua, áfim de que não se interrompa o ensino.

5.º Advertir-os particularmente pela falta de cumprimento de seus deveres, e pedir ao Director Geral providencias ácerca d'aquelles que merecerem maior punição.

6.º Nomear examinadores para as escolas publicas primarias, e presidir os respectivos exames.

7.º Contractar casas para as escolas publicas com previa autorisação do Director Geral, tendo em vista a salubridade d'ellas, o seu asseio, e a posição em que se acham collocadas com relação á população da localidade,

8.º Fazer inventariar mobilia e utensilios das escolas em um livro proprio, com a declaração, que rubricará, dos que se forem inutilisando com o uzo,

9.º Impôr as multas do § unico do art. 13.

10. Satisfazer as informações que lhes forem pedidas pelos visitadores municipaes, relativas ao ensino publico, e particular de seus districtos.

CAPITULO II.

DAS ESCOLAS, SUAS CONDIÇÕES E REGIMEN.

Art. 13. Em cada freguesia da provincia haverá pelo menos uma escola publica primaria para cada um dos sexos. Estas escolas deverão ter a frequencia de sessenta á cem alumnos.

Art. 14. N'aquelles lugares em que o numero for inferior, poderá a necessidade de instrucção ser provida por professores provisórios, os quaes serão nomeados pelo presidente da provincia sob proposta do director da instrucção publica, mediante uma gratificação de quatrocentos mil réis annuaes.

Para que possa ter lugar a nomeação, é necessario que o candidato tenha prestado exame de habilitação perante a directoria da instrucção publica.

Art. 15. Como ensaino, poderão ser admittidos nas escolas de sexo feminino, precedendo audiencia do Delegado Litterario, meninos até a idade de 8 annos, principalmente se forem irmãos, tios, primos ou sobrinhos de alguma das alumnas, do que se dará parte ao director geral.

Art. 16. Quando na séde de uma freguesia não houver o numero exigido de alumnos e de alumnas para que haja escola publica, o director geral, ouvindo o Conselho director, proporá ao presidente da provincia a escolha de outro ponto da mesma freguesia, no qual possa dar-se maior frequencia, para nelle estabelecer-se a escola.

Art. 17. Para o ensino primario dos adultos haverá uma escola nocturna na capital, e em cada uma das cidades da provincia, logo que o estado financeiro o permitta.

§ 1.º O ensino nessas escolas será dado pelos professores

publicos, designados pela Director Geral, com approvação do Presidente da Provincia, os quaes por esse excesso de trabalho terão uma gratificação de tresentos mil réis annuaes.

§. 2.º Dar-se-ha instrucções, regulando o serviço de taes escolas.

Art. 18. Qualquer pessoa, nacional ou estrangeira, poderá estabelecer escola ou collegio particular de instrucção primaria, sendo, porem, obrigada : 1.º á communicar immediatamente a sua abertura ao Delegado Litterario, declarando o local do estabelecimento e o numero da casa, como tambem as mudanças que fizer de residencia ; 2.º a não ensinar doutrina contraria á religião do Estado e á nossa forma de governo ; 3.º á remetter semestralmente ao Delegado Litterario, áfim de poder-se organizar a estatistica da instrucção publica, informações e mappas, que declarem o numero, nomes, idades e aproveitamento de seus alumnos, e quaes os compendios adoptados, que poderão ser os que melhores lhe parecerem, comtanto que não sejam contrarios á Religião do Estado e forma de governo.

§ unico. Para a infracção do disposto nos ns. antecedentes haverá a multa de 20\$000 á 40\$000

Art. 19. Fôra das obrigações de que trata o artigo precedente, á nenhuma outra estarão sujeitas as escolas particulares.

Art. 20. O ensino primario nas escolas publicas deve comprehender :

Primeiro grdo

- 1.º Instrucção moral e religiosa,
- 2.º Leitura e escripta,
- 3.º Noções praticas da grammatica portugueza,

4.º Principios elementares de arithmetica e suas operações fundamentaes em numeros inteiros e fraccionarios,

5.º Noções praticas do systema metrico.

Segundo gráo

6.º Elementos da historia e geographia principalmente do Brazil.

7.º Leitura dos Evangelhos e noticia da Historia Sagrada.

8.º Desenvolvimento da arithmetica em suas applicações praticas quer em quebrados e decimaes, quer em complexos e proporções,

9.º Estudo mais desenvolvido do systema metrico,

10. Leitura da constituição politica do Imperio,

11. Elementos de geometria,

12. Noções de sciencias phisicas e naturaes mais applicaveis aos usos da vida.

Art. 21. Em todas as escolas publicas, quer urbanas, quer ruraes, é obrigatorio somente o ensino do 1.º gráo; devendo, porem, o professor ensinar as materias do 2.º, sempre que para ellas appareçam discipulos e se achem elles habilitados nas do 1.º

Para ao diante poder-se-ha tornar obrigatorio nas urbanas, o ensino de algumas das materias do 2.º gráo, que forem designadas pelo Director com approvação do Presidente da Provincia.

Art. 22. Nas escolas do sexo feminino será obrigatorio somente o ensino do 1.º gráo, e facultativo o das materias dos ns. 6, 7, 10 e 11.

Tanto nas urbanas como nas ruraes ensinar-se-hão tambem bordados e trabalhos de agulha mais necessarios.

Art. 23. Onde não houver edificios publicos para as escolas, o governo os mandará edificar, ou alugar provisoriamente casas particulares.

Art. 24. Os paes, tutores, curadores, amos e protectores, que tiverem em sua companhia meninos maiores de 7 annos e menores de 13, sem impedimento phisico ou moral, e residirem no perimetro assignado para cada escola publica, e lhes não derem o ensino primario por si mesmos ou em escola publica ou particular, como lhes convier, incorrerão na multa, por cada um menino, de 10\$000 à 30\$000, que será dobrada na reincidencia, verificada de seis em seis mezes, á contar do mez de Janeiro.

Art. 25. O perimetro para o ensino obrigatorio será assignado para cada escola publica pelo Director geral, ouvido o Conselho Director, e nunca poderá ter um raio maior de dous kilometros da sêde da escola.

Art. 26. Para execução do artigo antecedente deverão os delegados litterarios : primeiro, indagar por si, e por intermedio dos guardas municipaes e do parochio, quaes os menores, que, estando nas mencionadas circumstancias, deixam de receber ensino primario ; segundo, procurar persuadir por meios brandos e suasorios, aos paes, tutores, curadores, amos e protectores para que os mandem para a escola ; terceiro, fazer-lhes tres vezes, com o intervallo de um mez pouco mais ou menos, intimações para o cumprimento d'esse dever. E não o cumprindo ser-lhes-ha effectivamente imposta a multa.

Da imposição da multa poderá haver recurso interposto no praso de 20 dias, para o Director Geral, e d'este para o Presidente da Provincia.

A multa será cobrada executivamente.

Art. 27. Se em qualquer dos districtos litterarios an-

darem vagando menores de 12 annos em tal estado de pobreza, que, além da falta de roupa decente para frequentarem as escolas, vivam em mendicidade, o delegado litterario o communicará ao respectivo juiz de orphãos para que o Presidente da Provincia os destine á companhia de aprendizes.

Art. 28. Nas escolas publicas só serão admittidos livros que tenham sido approvados pelo Presidente e Conselho Director ; podendo contudo o professor escolher d'entre estes os que melhores lhe parecerem.

Art. 29. São garantidos premios aos professores, ou a quaesquer pessoas, que compozerem compendios ou obras para uso das escolas, e aos que traduzirem melhor em portuguez os publicados em lingua estrangeira, depois de approvados.

A adopção de livros ou compendios, que contenham materias do ensino religioso será sempre precedida de approvação do Prelado Diocesano.

Art. 30. A' cada escola publica serão fornecidos, á custa dos cofres provinciaes, os moveis necessarios.

Art. 31. Todo o expediente dentro das escolas será feito á custa dos mesmos cofres, e bem assim as despesas com o fornecimento de livros e outros objectos necessarios ao ensino dos meninos pobres.

Por inscrições especiaes se regulará o meio pratico de fazer-se tal fornecimento, bem como a maneira de fiscalisar-se a conservação dos moveis e objectos distribuidos.

N. 5.

DOS EXERCICIOS ESCOLARES

Art. 32. Os exercicios escolares não serão interrom-

pidos em todo o decurso do anno lectivo, que começará no dia 20 de Janeiro á 20 de Dezembro, senão ás quintas feiras, aos domingos e dias santos e ferias de Paschoa, que começarão do domingo de Ramos a domingo de Paschoa, e feriados declarados por lei.

Art. 33. As sessões das aulas primarias começarão ás 9 horas da manhã e terminarão as 2 da tarde.

Art. 34. Na abertura e encerramento da escola, entoarão os alumnos catholicos uma curta oração religiosa, que será uniforme em todas as escolas.

Art. 35. A instrucção religiosa será dada principalmente em um dia determinado pelo professor.

Art. 36. Nos lugares que forem sédes de freguesias poderão os parochos prestar este relevante serviço publico, explicando os Evangelhos e fazendo prelecções de doutrina christã e historia sagrada aos meninos que frequentarem as escolas de suas parochias, em um dia da semana, que fixarem de accordo com o professor da cadeira. Os professores são obrigados a fazer os respectivos convites.

Art. 37. Nas escolas publicas só serão admittidos livros e compendios authorisados pelo director da instrucção.

Art. 38. O ensino será simultaneo por classes, assegurando-se o professor de que todas as classes estejam convenientemente applicadas ao estudo de que se occupam. Para divisão das classes e programma de ensino de cada uma expedirá o director da instrucção, com previa approvação do Presidente da Provincia as necessarias instrucções ficando salvo a qualquer professor o direito de empregar qualquer outro methodo de ensino, depois de submettido á approvação do Director Geral e por elle authorisado.

Art. 39. Não obstante ser o ensino simultaneo, o pro-

fessor poderá nomear, da classe mais adiantada, monitores para fazerem repetições nas classes inferiores.

Art. 40. Os alumnos não passarão de uma á outra classe sem exames de habilitação, que serão feitos pelo professor da cadeira e outra pessoa profissional por elle convidada. A estes exercicios assistirão os delegados litterarios, sendo previamente convidados.

Art. 41. Alem dos exames de classes, haverá annualmente no mez de Dezembro exames de habilitação para os alumnos que estiverem preparados nas materias da escola.

Para terem lugar estes exames os professores remetterão aos seus superiores nas localidades uma relação dos alumnos que áquelles tiverem de ser submettidos.

Art. 42. Recebidas essas relações pelo Director na capital ou pelos delegados litterarios nas circumscripções, officiarão elles aos professores, marcande dia e hora para os referidos exames, e convidando dois examinadores que, com o professor da cadeira e sob a presidencia do chefe local, aos mesmos procedam.

Art. 43. Os resultados dos exames de habilitação de que tratam os artigos antecedentes, quando não prezididos pelo Director Geral, serão levados ao seu conhecimento e publicados pela imprensa.

N. 6.

MATRICULA DAS ESCOLAS

Art. 44. Haverá em cada escola um livro ou caderno, numerado e rubricado na Capital pelo Director da instrucção, e nos demais lugares pelos seus immediatos, no qual o pro-

fessor, precedendo guias d'aquelles, matriculará annualmente seus alumnos, com declaração de nomes, idade, naturalidade, filiação, e vaccinados. Esse livro será fornecido pelo professor da cadeira, e á sua custa.

Art. 45. As matriculas gratuitas e livres, nas aulas publicas primarias, são, entretanto, vedadas aos individuos seguintes :

§ 1.º Aos que soffrerem molestias contagiosas e transmissiveis por qualquer maneira.

§ 2.º Aos escravos.

§ 3.º Aos menores de 5 annos e maiores de 15.

§ 4.º Aos que houverem sido expulsos competentemente.

Art. 46. Os não vaccinados, por ora, em quanto não se acha sufficientemente propagada a vaccina, não serão excluidos da matricula, mas deverão logo os professores participar ao encarregado da vaccinação do lugar mais proximo quaes os alumnos que se acham em taes circumstancias.

IV. 7

DA DISCIPLINA E DOS PREMIOS.

Art. 47. Os professores empregarão os castigos em seus alumnos com a maior parcimonia e discripção.

Art. 48. Os professores de instrucção primaria só poderão applicar aos seus alumnos as seguintes penas :

§ 1.º Reprehensão em particular.

§ 2.º Reprehensão publica na escola.

§ 3.º Privação e restituição de premios ou distincções escolares que os alumnos hajam obtido.

§ 4.º Castigos que excitam vexame, como prisão isolada, ficarem de pé ou de joelhos.

§ 5.º Tarefas de trabalhos fóra das horas dos exercicios escolares e da lição da classe, que mandarão executar, quer na escola, quer na propria casa dos alumnos.

§ 6.º Comunicação aos paes para maior castigo.

§ 7.º Expulsão da escola, notada nò livro de matricula, e communicada ao Presidente da Provincia. Esta pena, porem, só poderá ser applicada no caso de incorrigibilidade de conducta e precedendo decisão do Director Geral da instrucção, a quem será affecto o procedimento do alumno com as allegações e provas de suas faltas reiteradas.

Art. 49. E' prohibida a continuação dos alumnos nas escholas publicas fóra das horas das aulas, salva a hypothese dos castigos em que hajam incorrido.

Art. 50. Tanto nos exercicios de leitura, como nos de grammatica e outros, o professor poderá, affin de despertar emulação entre seus discipulos, dividil-os em dous grupos ou bandas que se arguam reciprocamente em um dia da semana.

Art. 51. Nesses exercicios ou argumentos entre os alumnos não poderá o professor autorisar que se castiguem uns aos outros, devendo ser elle quem unicamente remunerere ou castigue os que merecerem.

Art. 52. Os alumnos que se houverem distinguido por talento superior e notavel aproveitamento, ou por excellente conducta, serão premiados. O professor, depois dos exames, submeterá ao Director da instrucção uma lista dos examinados com todas as informações, por intermedio dos delegados literarios, affin de que sejam decretados os premios.

Art. 53. Os premios serão de trez ordens :

O primeiro só se conferirá aos alumnos que, alem de bom

comportamento, mostrarem superior talento e aproveitamento, e constará de um livro escolhido, em cuja primeira pagina escreverá o Director Geral o nome do alumno premiado com a declaração dos motivos que a determinaram.

O segundo consistirá em um certificado impresso e assignado pelo mesmo Director, e será conferido áquelle que, merecendo distincção honrosa, por aproveitamento e bôa conducta, não estiver, todavia, em condições de merecer o primeiro premio.

O terceiro será destinado para remunerar especialmente a bôa vontade e assiduidade do alumno, e consistirá tambem em um certificado manuscrito, no qual o professor, de sua letra, escreverá o nome do premiado com declaração das virtudes ou meritos que deram lugar ao premio.

Art. 54. Alem destes premios terão lugar nas escolas, para promoverem emulação nos alumnos, as distincções escolares que os professores ao seu arbitrio entenderem distribuir.

CAPITULO III.

DAS CONDIÇÕES PARA O MAGISTERIO PUBLICO E SUAS PROVAS.

Art. 55. Só podem ser professores publicos os individuos que reunirem as condições seguintes :

- 1.^a Maioridade legal.
- 2.^a Moralidade.
- 3.^a Capacidade profissional.

Art. 56. Prova-se a primeira condição com certificado de baptismo, e subsidiariamente com justificação de idade.

Art. 57. Prova-se a segunda com apresentação de folhas corridas dos lugares onde haja residido nos tres annos

anteriores á data do seu requerimento, e não só com isto, mas com attestações dos parochos, camaras municipaes, e autoridades judicarias ou policiaes dos referidos lugares.

Art. 58. As professoras devem exhibir de mais, se forem casadas, a certidão de seu casamento; se viúvas, a do obito de seus maridos; e, se viverem separadas destes, a publica fôrma da sentença que julgou a separação, para avaliar-se o motivo que a originou. As solteiras que não tiverem a idade de 21 annos completos, deverão apresentar o consentimento de seus paes, protectores ou parentes honestos, em cuja companhia viverem. O Governo poderá dispensar ás professoras o documento de folhas corridas,

Art. 59. A capacidade professional prova-se pelo exame de habilitação, o qual deverá ser requerido ao Director da Instrução, e perante elle feito por tres examinadores pelo mesmo nomeados, segundo o modo determinado em instrucções que elle der.

Art. 60. Somente são dispensados do exame de habilitação preliminar para os concursos :

§ 1.º Os bachareis em direito, em mathematicas, em bellas lettras pelo Collegio de Pedro II, ou doutores em medicina e quaesquer outros graduados por qualquer estabelecimento scientifico do Imperio ou estrangeiro.

Na disposição deste paragrapho comprehendem-se os normalistas que apresentarem diplomas obtidos nas escolas normaes do paiz.

§ 2.º Os clerigos de ordens sacras.

§ 3.º Os que offerecerem attestados de exames da materia sobre que se exige a prova de sufficiencia nos estabelecimentos geraes de instrucção ou mezas examinadoras provinciaes do Imperio.

§ 4.º As dispensas de que tratam os precedentes paragra-phos devem ser entendidas e conferidas rasoavelmente, sendo inadmissivel que um titulado por qualquer estabelecimento scientifico que não haja estudado a materia a que se propõe, seja dispensado do exame de habilitação.

O exame de habilitação é exigido somente para as escolas do sexo feminino, porque para as do masculino só poderão ser nomeados os normalistas que estão dispensados de taes exames.

Art. 61. Os habilitandos ao professorato publico primario apresentarão, finalmente, attestados de profissão da religião catholica—apostolica—romana, e de saude, passados aquelles pelos respectivos parochos, e estes por profissionaes.

Art. 62. Não serão admittidos ao magisterio publico :

§ 1.º Os que houverem sido privados de emprego publico por processo disciplinar ou demissão, a que tenham dado causa, falta de conducta moral e civil, e desobediencia.

§ 2.º Os que houverem soffrido condemnação por crime de homicidio, roubo, estelionato, juramento falso, falsidade, rapto, adullerio, estupro, ou por crimes contra a moral publica ou religião do Estado,

§ 3.º Os que soffrerem molestias contagiosas, transmissiveis por qualquer forma, ou mortaes.

Art. 63. O examinando que for reprovado não poderá ser admittido a segundo exame senão seis mezes depois do primeiro; e sendo-o segunda vez, só será admittido a nova prova passados dous annos.

Art. 64. Ninguem poderá ser professor publico sem exhibir titulo de approvação obtido no curso normal. Este titulo dispensa o exame de capacidade profissional.

CAPITULO IV.

DOS CONCURSOS.

Art. 65. Nenhuma cadeira do ensino primario será provida sem o competente concurso.

Art. 66. Ficam supprimidos os concursos parciaes para as cadeiras elementares vagas ou que vagarem. No principio de cada anno marcará o Presidente da Provincia o tempo em que se devem fazer os concursos geraes, nos quaes entrarão todos aquelles que se quizerem dedicar ao magisterio publico.

Art. 67. Esses concursos serão annunciados por editaes expedidos pela Secretaria da Instrucção Publica, com antecedencia de 30 dias pelo menos, devendo os pretendentes mostrarem-se habilitados e inscreverem-se na lista dos concurrentes, para as cadeiras que pretenderem, na mesma Secretaria, até a vespera do termo para aquelles designado. Não podendo por qualquer circumstancia se dar os concursos no dia que fôr fixado, não serão elles espaçados sem precedencia de novo edital com praso nunca menor de 8 dias.

Art. 68. Os concursos serão feitos em uma das salas do Athenen Sergipense, sob a presidencia do Director da Instrucção, examinados os concurrentes por trez a cinco examinadores nomeados pelo mesmo Director, que dará o programma dos exames e os pontos, e que dirigirá a ordem dos trabalhos.

Art. 69. Os exames versarão não só sobre as materias do ensino respectivo, senão também sobre o systema pratico e methodo de ensino que, como professor o candidato ou candidatos poderão exercer, sendo-lhes confiada a regencia de uma escola.

Art. 70. Nos concursos geraes as provas serão escriptas e oraes. O assumpto ou ponto da prova escripta será o mesmo para todos os candidatos. A oral, porém, poderá ser diversa e vaga.

Art. 71. Nestes exames, alem da arguição pelos examinadores, haverá lugar a arguição reciproca dos concurrentes.

Art. 72. A votação, concluidos que sejam os exames, será por escrutinio secreto, no qual não terá interferencia o Director, cuja attribuição, dada áquelle, se limitará a proposta do candidato ou candidatos, segundo o seu merecimento, e com os documentos comprovadores deste, ao Presidente da Provincia, que mandará passar, pela sua Secretaria titulos aos que escolher, ou renovar o concurso quando conveniente lhe pareça.

Art. 73. Prefirirão na escolha ;

§ 1.º Os normalistas que se houverem distinguido por seu procedimento e progresso nos seus estudos.

§ 2.º Os que já tiverem exercido o magisterio com proveito do ensino.

§ 3.º Os que residirem no municipio em que houver lugar a vaga.

CAPITULO V.

DA NOMENAÇÃO, DEMISSÃO E VANTAGENS DOS PROFESSORES.

Art. 74. Os actuaes professores e todos os mais que forem providos na conformidade deste regulamento perceberão os vencimentos da tabella n. 4.

Art. 75. As escolas publicas primarias serão classificadas na ordem que se segue :

1.º classe da capital ;

- 2.^a » as das cidades;
- 3.^a » as das villas ;
- 4.^a » as das freguesias e povoações.

Art. 76. Os professores que durante quatro annos de exercicio derem provas de aptidão para o ensino e mostrarem zelo no cumprimento de seus deveres, serão considerados vitalícios.

Art. 77. A nomeação dos professores publicos será feita por provisão do Presidente da Provincia.

Art. 78. O professor publico que sem licença do governo deixar de tomar posse e entrar no exercicio da cadeira para que for nomeado no praso de dois mezes, perderá a nomeação se a cadeira for de 1.^a classe, e perderá o accesso se for de 2.^a ou 3.^a

Poderá receber, como adiantamento para as despesas de sua primeira installação, uma quantia equivalente á 3.^a parte do seu ordenado, a qual lhe irá sendo descontada mensalmente na rasão da 3.^a parte do mesmo ordenado.

Os seus vencimentos lhe poderão ser pagos, se o requerer na collectoria do municipio da escola.

Art. 79. O Presidente da Provincia poderá conceder, sob proposta do director geral, com audiencia do Conselho Director, uma gratificação extraordinaria, que não exceda a quinta parte do ordenado marcado, aos professores que se houverem distinguido no ensino por mais de quinze annos.

Tal gratificação poderá ser suspensa ao professor, que a desmerecer pelo seu comportamento ulterior.

Art. 80. O professor publico que contar 30 annos de emprego publico e effectivo, no magisterio e fóra d'ello, poderá ser jubilado com todo o ordenado e a terceira parte da gratificação.

Aquellos que antes desse praso ficarem impossibilitados de continuar no exercicio do magisterio, poderão obter a sua jubilação com a parte do ordenado proporcional ao tempo que tiver effectivamente servido; não podendo porem gosar deste favor antes de haver exercido as funcções do seu emprego por dez annos. Os que se jubilarem nestas circumstancias perderão a jubilação, se acceitarem e exercerem algum emprego de nomeação do Governo Provincial.

Art. 81. Os professores terão direito, ouvido o Conselho director :

1.º A' perceber mais uma quantia equivalente a quarta parte de seu ordenado, quando forem conservados no magisterio depois de trinta annos de serviço.

2.º A ser jubilados com seu ordenado e gratificação, se servirem mais de dez annos alem dos trinta marcados para a jubilação.

Art. 82. A jubilação, quando não for decretada pelo Presidente da Provincia, sob proposta do Director Geral, ouvido o Conselho Director, poderá ser requerida pela professor.

Art. 83. O professor publico, que por mais de quinze annos de magisterio se tornar distincto por sua assiduidade, moralidade e aproveitamento dos seus alumnos, poderá ser proposto ao Presidente da Provincia para membro honorario do Conselho Director, ou pelo mesmo Presidente apresentado o seu nome á munificencia imperial para alguma condecoração honorifica.

Art. 84. Do ordenado de cada professor se dedusirá mensalmente certa porcentagem para ser convenientemente applicada á uma caixa economica em beneficio do mesmo professor, ou para estabelecer-se um monte-pio, conforme for tu-

do regulado em estatutos especiaes que dará o Presidente da Provincia com approvação da Assembléa Provincial.

Art. 85. O Presidente da Provincia poderá conceder em cada anno aos professores licença para tratarem de sua saúde, por outro qualquer motivo justo, da seguinte forma :

Até 3 mezes com ordenado,

Até 6 com metade do ordenado,

Até 1 anno sem ordenado.

As licenças parciaes serão contadas para complemento das disposições antecedentes.

Art. 86. Os requerimentos para obtenção de licença serão apresentados ao Presidente da Provincia por intermedio do Director Geral, com informação deste, e sempre que fôr possível, com a do respectivo Delegado Litterario e acompanhadas de documentos comprobatorios do motivo que allegarem.

Art. 87. A licença não poderá ser gosada, e se considerará de nenhum effeito, se a respectiva portaria não for dentro de 30 dias apresentada ao director geral para ter o—cumpra-se—; e só começará a correr do dia em que fôr apresentada ao Delegado Litterario dentro do praso de um mez, a contar da data do—cumpra-se—do Director.

Art. 88. Qualquer professor publico, quer dos actuaes, quer dos que forem providos na forma deste regulamento, só poderá requerer permuta de cadeira com outro da mesma classe. Poderá, porem, requerer remoção para alguma cadeira vaga, que seja da mesma ou de inferior classe.

Quando a bem do serviço publico se julgar necessária a remoção de um professor, independente de requerimento seu, só poderá ella ter lugar depois de bem justificada a medida em sessão plena do Conselho Director, e sómente para cadeira da mesma classé.

Art. 89. No caso de que seja suspenso o ensino em alguma escola por falta de frequencia legal de alumnos, nos termos do art. 3.º, o professor será provido em outra escola que seja vaga da mesma classe, ou irá exercer interinamente o magisterio em alguma que esteja vaga de classe que lhe não compita, conservando os mesmos vencimentos que tinha.

§ 1.º Não havendo escolas em taes condições, poderá, por indicação do Director Geral, ser incumbido de auxiliar algum professor, cuja aula tenha a frequencia de mais de 50 alumnos.

§ 2.º Enquanto, porém, não realisar-se algum dos casos antecedentes, o professor em disponibilidade perceberá somente o ordenado, ao qual não terá direito se a falta de frequencia for devida á culpa sua.

Art. 90. O professor publico não pôde :

1.º Dar lições em sua casa ou em casas particulares aos alumnos da sua escola ;

2.º Ter sua residencia fóra da cidade, villa ou povoação em que estiver a escola ;

3.º Occupar-se, nem occupar o alumno em misteres estranhos ao ensino, durante as horas das lições ;

4.º Ausentar-se nos dias lectivos da freguesia, onde estiver collocada a sua escola, para qualquer ponto distante, sem licença do Delegado respectivo, o qual só a poderá conceder por motivo urgente, até trez dias consecutivos;

5.º Aceitar outro emprego ou cargo algum de nomeação provincial ou geral ;

6.º Exercer qualquer profissão commercial ou industrial.

Art. 91. Os professores publicos, alem das obrigações declaradas neste regulamento, devem :

1.º Manter nas escolas o silencio, a exactidão e regularidade necessaria ;

2.º Apresentar-se ali decentemente vestidos ;

3.º Participar ao Delegado respectivo qualquer impedimento, que os iniba de funcção ;

4.º Organisar com o mesmo Delegado o orçamento das despesas de suas escolas, para o anno financeiro seguinte, o qual será enviado ao Director Geral, na epocha que for marcada ;

5.º Remetter, sob pena de multa, á Directoria Geral, por intermedio do Delegado Litterario, cinco dias depois de findo cada trimestre, um mappa nominal dos alumnos matriculados, com declaração de sua freguezia e aproveitamento ; e dez dias depois de findo o anno, um mappa geral comprehendendo o resultado dos exames, e notando dentre os alumnos os que se fizerem recommendaveis por seu talento, applicação e moralidade.

Art. 92. Os professores publicos, que, por negligencia ou má vontade, não cumprirem bem os seus deveres, instruindo mal os alumnos, exercendo a disciplina sem criterio, deixando de dar aula sem causa justificada por mais de trez dias em um mez, ou infringindo qualquer das disposições deste regulamento, ou as decisões de seus superiores, ficam sujeitos ás seguintes penas :

Admoestação ;

Reprehensão ;

Multa até 50,000 rs. ;

Suspensão de exercicio e vencimentos de um a trez mezes ;

Remoção de cadeira ;

Perda da cadeira.

Art. 93. As trez primeiras penas serão impostas pelo Director Geral, e as trez ultimas por deliberação do Conselho Director.

Haverá recurso para o Governo Provincial de todas as penas, excepto das de admoestação e reprehensão.

O recurso deverá ser interposto dentro do praso de cinco dias, contados da intimação.

Art. 94. A pena de suspensão será imposta :

1.º Na reincidencia de actos pelos quaes o professor tenha sido multado.

2.º Quando o professor der maus exemplos, ou inculcar maus principios aos alumnos.

3.º Quando faltar o respeito ao Director Geral e mais funcionarios incumbidos da inspecção do ensino, em acto de serviço.

Art. 95. O professor será removido de sua cadeira : 1.º quando houver sido duas vezes multado ou uma vez suspenso, por falta de cumprimento de deveres ; 2.º quando se envolver em questões e intrigas na localidade onde exercer o magisterio ; 3.º quando a falta de frequencia de sua escola for motivada por maus actos seus, ou pelo nenhum aproveitamento de seus alumnos.

Art. 96. O professor publico perderá a sua cadeira mesmo depois de ser vitalicio :

1.º Quando for condemnado a pena de galés ou prisões com trabalho, ou por crime de estupro, adulterio, roubo ou furto, ou por algum outro da classe d'aquelles que offendem a moral publica, ou a religião do estado ;

2.º Quando tenha sido suspenso por 3 mezes ;

3.º Quando fomentar a immoralidade entre os alumnos ;

4.º Quando tiver estabelecimento commercial, e de qualquer modo usar desta industria no lugar de sua cadeira ;

5.º Quando sem causa justificada abandonar sua cadeira, interrompendo o ensino durante o praso de um mez.

Art. 97. Ficarà suspenso do exercicio e vencimentos respectivos o professor que for arguido de algum dos crimes especificados no artigo antecedente ou pronunciado em outro qualquer.

Art. 98. Quando o Conselho Director tiver de julgar as infrações disciplinares para a imposição das trez ultimas penas, sê observarão as disposições seguintes :

Art. 99. Apresentada ao Director a accusação por denuncia, ou a requerimento da parte, ou reconhecendo elle que deve ter lugar independente de ser requerido, convocará o Conselho, para que se a julgue procedente ou improcedente.

Art. 100. Julgada procedente a denuncia, ser ouvido o accusado por escripto, dentro do praso que lhe for assignado pelo Director Geral, segundo a distancia em que se achar.

Art. 101. O Conselho intêrrogará ao accusado, para o que o Director Geral o fará comparecer perante o mesmo Conselho, e ouvirá as pessoas que souberem do facto denunciado designando previamente dia para isso.

Art. 102. Sobre a resposta do accusado depois de se haver procedido as diligencias do artigo antecedente, ou a revelia, quando o accusado não responda no praso que lhe houver sido designado, o Conselho resolverá sobre a natureza do delicto e pena que lhe deva ser imposta.

Art. 103. Para que o Conselho julgue procedente a accusação, e possa declarar que tem lugar a pena da demissão de um professor vitalicio, é necessario que o mesmo Conselho se ache completo, devendo para isso convocar-se os mesmos substitutos no impedimento dos effectivos.

Art. 104. Nos casos do art. antecedente o Conselho Director não imporá definitivamente a pena, mas submeterá a sua decisão á presidencia, para que resolva sobre a materia.

Art. 103. Nos casos que affectarem gravemente a moral publica, ou em que haja perigo na demora da deliberação definitiva, o Director Geral deverá suspender desde logo o professor culpado até a decisão do conselho, que será immediatamente convocado, levando-se tudo ao conhecimento da Presidencia.

Art. 106. Haverá uma classe de professores denominados—provisorios—para regerem as escolas de que trata o art. 14, e as que estiverem vagas, em quanto não são definitivamente providas, ou substituirem os professores effectivos durante suas licenças ou impedimentos excedentes de um mez.

Art. 107. Poderão ser professores provisorios :

1.º Os alumnos-mestres titulados pela escola normal, emquanto por concurso não forem providos effectivamente em alguma cadeira.

Art. 108. Todo aquelle professor provisorio que por concurso vier a ser effectivo, terá direito a que se conte para sua antiguidade o tempo que tiver servido provisoriamente.

Art. 109. Afim de que o mesmo ensino não se interrompa, tambem haverá professores substitutos para supprir os impedimentos momentaneos ou de pouca duração dos effectivos ou provisorios.

§ 1.º Serão nomeados sem dependencia de exames pelos delegados litterarios de fóra da Capital, e nesta pelo Director Geral.

§ 2.º Em quanto estiverem servindo vencerão uma gratificação correspondente a 337000 mensaes, pelo effectivo serviço.

§ 3.º Logo que forem nomeados entrarão em exercicio sem dependencia de approvação superior e de apresentação de titulo, sendo-lho paga a gratificação marcada no § antecedente.

te, a vista da ordem que tiverem recebido para entrar em exercicio e do competente attestado de frequencia.

§ 4.º Se por concurso vierem a ser effectivos, não se lhes contará para antiguidade o tempo de serviço da substituição.

Art. 110. Tanto os provisorios, como os substitutos, quando em exercicio, estão sujeitos a todas as disposições relativas aos effectivos, e que lhes forem applicaveis.

CAPITULO VI.

DOS EMPREGADOS DA DIRECTORIA E SUA ESCRIPTURAÇÃO.

Art. 111. A directoria da instrucção comprehenderá os seguintes empregados :

Um Official-maior.

Um Escripturario.

Um Porteiro.

Um Continuo.

N.º 1.

DO OFFICIAL-MAIOR.

Art. 112. Ao Official-maior incumbe :

§ 1.º Redigir toda a correspondencia official, conforme lhe determinar o Director da Instrucção, e fazel-a seguir á seu destino.

§ 2.º Expedir, conforme lhe for determinado pelo mesmo Director, todos os papeis que corram pela Directoria.

§ 3.º Lavrar os termos de exames na directoria, ou quaesquer outros determinados pelo Director.

§ 4.º Expedir os títulos e diplomas a cargo da directoria.

§ 6.º Passar as certidões que forem ordenadas.

§ 6.º Tomar nota do comparecimento diario dos empregados da repartição.

§ 7.º Escrever quaesquer outros papeis que corram pela directoria.

§ 8.º Escripturnar em livro proprio as ordens de receita e despesa, segundo as instrucções e modelos que lhe forem dados.

§ 9.º Receber as quantias que forem designadas para as despesas ordinarias do expediente.

§ 10. Preparar todos os esclarecimentos que devem servir de base aos relatorios do Director da Instrucção, a organisação dos mappas e aos outros trabalhos da directoria.

N.º 2.

DO ESCRIPTURARIO.

Art. 113. Ao escripturario incumbe :

§ 1.º Ter á seu cargo o archivo da instrucção publica.

§ 2.º Escrever e registrar quaesquer papeis, segundo lhe for determinado pelo Official-maior.

§ 3.º Ter á seu cargo os livros de matriculas do Atheneu e da Eschola Normal.

N. 3.

DO PORTEIRO E DO CONTINUO.

Art. 114. Ao Porteiro compete :

§ 1.º Abrir e fechar a casa em que funcionarem a Directoria da Instrucção e o Atheneu, as horas marcadas.

§ 2.º Mandar fazer a limpeza e asseio da casa, repartição e aulas do Atheneu.

§ 3.º Prover a directoria do que for mister para o expediente, fazendo para isto ao Director Geral as requisições necessarias e apresentando mensalmente a conta das despesas com taes objectos, a qual, attestada pelo official-maior e rubricada pelo director geral, será paga pela Thesouraria Provincial, á requisição do mesmo Director.

§ 4.º Entregar a correspondencia que tiver de ser distribuida na Capital.

§ 5.º Executar as ordens que lhe forem dadas pelos seus legítimos superiores ;

§ 6.º Fazer na repartição, ou fóra della, o serviço de pedrestre que lhe for designado ;

§ 7.º Fazer as chamadas nas aulas do Atheneu e marcar o ponto dos estudantes.

Art. 113. Estes diferentes serviços serão distribuidos entre o porteiro e o continuo, que são ao mesmo tempo bedéis do Atheneu.

N. 4.

DA ESCRIPTURAÇÃO.

Art. 116. Haverá na repartição da Directoria da Instrucção os seguintes livros :

De matricula do Atheneu ;

De matricula da Escola Normal ;

De posse e juramento dos empregados ;

De registro da correspondencia com o Presidente da Provincia ;

De registro das demais correspondencias, comprehendidos os regimentos, instrucções e ordens que forem expedidas pela directoria.

Do ponto dos professores do Atheneu e empregados da Secretaria da instrucção.

De actas do Conselho Director.

CAPITULO VII.

DA SUBSTITUIÇÃO DOS EMPREGADOS DA DIRECTORIA DA INSTRUCCÃO.

Art. 117. O Director da Instrucção será substituido em seus impedimentos por pessoa que for designada pelo Presidente da Provincia, a qual perceberá a gratificação que deixar de vencer aquelle, ou todos os vencimentos, quando aquelle nada vença.

Quando á serviço publico o Director sair da Capital, o seu substituto se encarregará do simples expediente da repartição, sem vencimento algum.

Art. 118. O Official-maior será substituido pelo escriptuario.

Art. 119. A substituição do Porteiro ou do Continuo será feita por um empregado requisitado ao Presidente da Provincia.

Disposições Geraes.

Art. 120. Supprimir-se-hão todas as escolas que, providas, não tiverem pelo praso de seis mezes a frequencia diaria de 20 alumnos, não sendo isto devido a faltas do respectivo serventuario.

O Presidente da Provincia, sob representação documentada pelo Director da instrucção, decretará a supressão.

Art. 121. Fica desde já extinta a classe de adjunctos remunerados pela Provincia, conservados, porém, os existentes até que por qualquer motivo vaguem os seus cargos.

Art. 122. As remoções, por qualquer titulo que sejam, não darão direito aos removidos á ajuda de custo para as viagens.

Art. 123. Os exames que constituem a prova para o magisterio publico, não poderão ser delegados a qualquer pessoa ou autoridade, e serão imprescindivelmente feitos na Capital, e na forma por este Regulamento determinada.

Art. 124. Os empregados da Instrucção publica perceberão os vencimentos que vão marcadas na tabella n. 1.

Art. 125. Os vencimentos dos professores da Capital serão pagos na Thesouraria Provincial, precedendo attestado do Director da Instrucção, e os das outras localidades da provincia nas repartições fiscaes respectivas com attestados de frequencia dos Delegados Litterarios, e, na sua falta, dos Vigarios das freguesias.

Não havendo nas respectivas repartições fundos para os pagamentos, a Thesouraria fará, como julgar mais conveniente, o necessario supprimento.

Art. 126. O Director da Instrucção na Capital, e os Delegados Litterarios nas suas localidades, são os unicos competentes para authenticarem com o seu—visto—os attestados de frequencia que forem dados pelos seus substitutos nos lugares em que não houver repartições fiscaes e tenham os pagamentos de ser feitos em diversas localidades.

Art. 127. O producto das taxas, emolumentos e multas será recolhido á Thesouraria Provincial, e formará um

fundo de reserva para ser applicado às despesas da instrucção publica.

Art. 128. O Presidente da Provincia poderá conceder a qualquer professor do ensino elementar permissão para frequentar a escola normal do Atheneu com o ordenado respectivo, ficando, porem, o professor obrigado a deixar na escola pessoa que o substitua, e que tenha a precisa capacidade, á juizo do Director da Instrucção.

Art. 129. Haverá uma escola normal para a devida preparação das pessoas que se quizerem dedicar ao magisterio publico do sexo masculino á qual se dará um regulamento especial.

Art. 130. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Governo de Sergipe, em 3 de Outubro de 1874.

ANTONIO DOS PASSOS MIRANDA.



N. 1.º—Tabela dos vencimentos dos Empregados da Instrução
Publica da Provincia de Sergipe.

EMPREGOS.	ORDENADO.	GRATIFICA- ÇÃO.	TOTAL.
Director Geral da Instrução.	4:500\$000	500\$000	2:000\$000
Official-maior	4:200\$000	400\$000	4:600\$000
Escrituario	600\$000	400\$000	1:000\$000
Porteiro	400\$000	200\$000	600\$000
Continuo e bedel do curso nocturno	400\$000	200\$000	600\$000
PROFESSORES DO ENSINO ELEMENTAR.			
Da Capital	600\$000	400\$000	1:000\$000
Das Cidades.	600\$000	200\$000	800\$000
Das Villa.	500\$000	200\$000	700\$000
Das Freguezias e Povoados	400\$000	200\$000	600\$000
Provisorios	400\$000	400\$000	400\$000
Professores adjunctos existentes	240\$000	160\$000	400\$000
Professores das aulas nocturnas.		300\$000	300\$000

ANTONIO DOS PASSOS MILANDA.





